



## OS REFLEXOS DA CRISE DE GESTÃO MIGRATÓRIA: UM OLHAR ATRAVÉS DOS “ESTRANHOS” DENTRO DE UM PROJETO UNIVERSAL-COSMOPOLITA EM CONTRAPOSIÇÃO À SOBERANIA TERRITORIAL

Saikoski, Bárbara Alves<sup>1</sup>  
Hoffmann Fernando<sup>2</sup>

**RESUMO:** Refletir e compreender o fenômeno migratório atual e em especial os aspectos que são atinentes ao seu principal ator, o imigrante, trazem à discussão, de forma extremada, especialmente pelos meios de comunicação, de uma onda de tensão que avança sobre o cenário internacional. Propaga-se um verdadeiro “pânico moral”, alicerçado pelo discurso de medo para com esses “estranhos” que batem às portas das fronteiras nacionais todos os dias, vistos como uma ameaça para o bem-estar social. Nesse contexto em que os Estados enfrentam uma crise de gestão migratória de tamanha magnitude, o imigrante, inserido dentro de um projeto universal-cosmopolita, faz-se mister analisar a articulação subversiva desse fenômeno, o qual vem em contraponto a ideia tradicional de soberania territorial e de Estado-Nação hobbesiano, por meio de uma análise reflexiva das obras de Zygmunt Bauman.

**Palavras-Chave:** Migração; Cosmopolitismo; Soberania.

### 1 INTRODUÇÃO

Compreender de forma mais ativa o fenômeno migratório contemporâneo, no qual nos defrontamos hoje, com sua configuração mais extremada desde a longa história da mobilidade humana pelo globo, se faz relevante, uma vez que, tal processo social não se reduz apenas ao deslocamento de determinado fluxo de pessoas de um lado ao outro de fronteiras ou da redução dos espaços ao rigor cartográfico dos mapas, trata-se hoje de uma articulação subversiva a severidade dos moldes do Estado-Nação moderno.

Dentro desse cenário de tensão e pânico moral generalizado, instaura-se através dos meios de comunicação, um sintoma inconsciente de medo, de um colapso generalizado com relação aos assuntos migratórios é propagado diariamente, como algo terrível que virá a ameaçar o bem-estar da sociedade, incita aos Estados a reagirem sempre de modo vigilante e suspeito ao menor sinal da presença do “outro”, de forma a tratar desse ponto em diante a

---

<sup>1</sup> Orientanda é acadêmica do VIII semestre do curso de Direito e Bolsista de Iniciação Científica (PIIC/URI) do projeto intitulado “O Estado na era do ‘Império’ e seu repensar a partir do ‘comum’: por um novo e devido tratamento ao imigrante/à imigração” pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santiago, RS. E-mail: barbarasaikoski@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Orientador é Mestre e Doutorando em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Bolsista PROEX/CAPES; Membro do Grupo de Pesquisa Estado e Constituição, vinculado à UNISINOS e ao CNPQ; Professor Titular do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/ Campus Santiago); Especialista em Direito: Temas Emergentes em Novas Tecnologias da Informação pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). E-mail: ferdhoffa@yahoo.com.br



política migratória como um paradoxo da obsessão e do elogio a fronteira, continuamente, de matriz reducionista, condicionado tão somente ao viés econômico, jurídico e político.

Por meio da construção de um “nós” e os “estranhos”, o imaginário social absorve uma visão preparada com o intuito de implantar o pavor para com as migrações, explorando assim temores e ansiedades, que viram a acumular-se de tal maneira a dar sustentáculo a políticas equivocadas de separação, suplantadas com o intuito de isolar as insuportáveis diferenças que se escondem por detrás da muralha, gerando assim um consolo temporário a um ideal de fuga condenado ao fracasso.

São a partir de aspectos como esses e de inúmeras negativas vorazes por parte das nações em enfrentar de maneira coesa esse novo panorama humanitário, que os reflexos do descuido com a gestão migratória começam a apontar para bem mais além do que um contexto de temor sobre uma possível “invasão” pela fronteira, mas sim, nos direcionam o olhar para um caminho de desumanização e segregação de um conjunto inteiro de indivíduos legitimados em seus direitos, para tratar as migrações não mais como uma questão humana, e sim como questão de hostilidade necessária para conter ameaças a segurança do “nós”.

Diante disso, o presente trabalho abordará em seu desenvolvimento como a questão da identidade migratória se insere diante de uma perspectiva de ações sociais humanas globalizadas, confrontando a problemática da identidade e seu mosaico de singularidades a uma dimensão coletiva de pertencimento, compartimentalizada e homogênea, a “comunidade”, a qual busca resguardar aqueles no seu interior das ameaças que espreitam o lado de fora, ou seja, por meio da rejeição da individualidade em prol da segurança da unidade.

## **2 A IDENTIDADE MIGRATÓRIA *VERSUS* A “COM(O)UNIDADE”: AS PERSPECTIVAS DIANTE DE UM DESTINO DE GLOBALIZAÇÃO**

Na era da “modernidade líquida”, a questão da identidade pode ser compreendida tal qual como uma questão de globalização ou como fator de integração em uma sociedade em desintegração, composta por divisões, classificações e distinções que condicionam não somente os indivíduos, mas também o espaço, o qual deve ser mensurado, definido e enrijecido a fim de comportar em si mesmo todos os requisitos de pertencimento, inerentes a Nação, bem como resguardar seus membros por meio da solidez das fronteiras do Estado.

A ideia de “comunidade” dialoga mutuamente com a de pertencimento, porém, os mesmos não possuem o mesmo liame de conversação quando nos referimos ao conceito de



identidade em um contexto no qual, o fenômeno migratório articula-se como uma estruturação subversiva ao modelo preestabelecido de Estado-Nação, uma vez que, deve-se considerar o alcance da globalização não mais como um acontecimento obscuro e inevitável, mas, como um processo capaz de traçar novos paradigmas ao assunto.

Dessa forma, pode-se considerar também que comunidade e pertencimento veem sofrendo igualmente transformações diante da globalização, contudo, comunidade e pertencimento ainda são vistos como a uma última barreira a conter os avanços daqueles que tentam transgredir não somente a fronteira física, mas daqueles que buscam romper uma hierarquia global de mobilidade e cultura, evocando a identidade como um ato político de coesão das diferenças e de engajamento das muitas culturas de uma humanidade.

Aventar a respeito da identidade é verdadeiramente um dilema, pois dessa resignificação, temas como a cidadania global e a garantia e concretização dos direitos humanos de um segmento inteiro de sujeitos é colocado à prova, pois como cita Bauman referindo-se a Heidegger, “você só tende a perceber as coisas e colocá-las no foco (...) de sua contemplação (...) quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma forma.” (BAUMAN, 2005).

A identidade é tida, como uma necessidade do Estado moderno de estabelecer um determinado padrão, uma ordem bem estabelecida com o intuito de legitimar suas ações sobre um determinado contingente humano, em uma localidade territorial determinada, justificando dessa maneira o pedido de fidelidade ao Estado a aquele que cede sua singularidade em troca da segurança prometida pelos muros da unicidade, pois:

Parecia natural supor que, em seguida à rápida expansão, o ‘problema da identidade’ seria mais bem confrontado por uma expansão paralela dos ofícios de monitoramento da ordem tais como os praticados e testados pelo *maréchaussé*.  
O Estado-nação, como observou Giorgio Agamben, é um Estado que faz da ‘natividade ou nascimento’ o ‘alicerce de sua própria soberania’. ‘A ficção aqui implícita’, destaca, ‘é que o nascimento (*nascita*) vem à luz imediatamente como *nação*, de modo que não pode haver diferença alguma entre os dois momentos. (BAUMAN, 2005)

Ao estabelecer como sustentação de seu fundamento de soberania a vinculação de pertencimento a dubiedade nascimento/Nação, o Estado Moderno faz emergir a sua causa de ser como tal, uma constante necessidade em exigir através da coerção, uma obediência incondicional a sua ordem predeterminada, como fator imprescindível a sua existência, uma



tarefa constante de engendrar mentes e corpos a absorver essa ficção como um dever obrigatório, um valor fundamental de organização a indomável natureza humana.

O nascimento da crise de pertencimento trás a noção de identidade a ocupação de unificar o espaço geosocial e controlar as práticas humanas locais dispersas, a fim de evitar que indivíduos destoem dos demais dentro de suas próprias particulares, trazendo para o Estado a única referência amigável de “ser” humano no ambiente: a com(o)unidade como forma exclusiva de permanecer seguro com relação ao todo lá fora.

Entretanto, o que há “lá fora”? Lá fora há aquilo que pode ser ou não uma das causas da ruína do próprio Estado, (embora o mesmo tenha criado a causa da sua ruína), lá fora há o indeterminismo, o inadministrável, há um terror global personificado em um “inimigo” que está em todos os lugares e ao mesmo tempo em nenhum, há uma profunda mudança que produz e reproduz a condição humana todos os dias, há o nível mais abaixo do que próprio gueto, há o escândalo da ambivalência: há uma “multidão”<sup>3</sup> de identidades glocalizadas.

Não foi somente o processo de globalização que trouxe o imperativo de resignificar a definição de identidade nacional, contudo a mesma possui um forte alcance quando se analisa o mesmo objeto de apreciação, porém, sob a ótica de uma identidade global e como esta estabelece originais padrões de crítica a moderna teoria do estado, a partir do fenômeno migratório contemporâneo, não somente como gestão de mobilidade, mas sim, como um repensar da própria convivência humana para algo posterior a Nação.

Contrapor a “identidade nacional” a estrutura de “identidades glocalizadas”, também significa rebater o arquétipo de soberania territorial desde sua gênese até o momento, em prol de um projeto universal-cosmopolita, capaz de rechaçar da composição social contemporânea mecanismos ditos como “integradores”, porém, utilizados como produtos de incertezas e inseguranças, responsáveis por gerar tensões generalizadas, em que as respostas aos seus anseios encontrem-se apenas no isolamento do desconhecido.

A partir dessa produção de incertezas e angústias com relação às incontáveis mazelas escondidas com a chegada de hóspedes indesejáveis, a reprodução da violência passa a ser utilizada como um instrumento de desintegração da capacidade de convivência, sendo desestruturado assim o sentimento de conexão com outro, projetando na busca por uma identidade unitária, uma recusa em insensibilizar-se para com o sofrimento alheio, pois:

---

<sup>3</sup> Ver Antônio Negri e Michael Hardt, Multidão.



A ‘identidade nacional’ foi desde o início, e continuou sendo por muito tempo, uma noção *agonística* e um grito de guerra. Uma comunidade nacional coesa sobrepondo-se ao agregado de indivíduos do Estado estava destinada a permanecer não só perpetuamente incompleta, mas eternamente precária – um *projeto* a exigir uma vigilância contínua, um esforço gigantesco e o emprego de boa dose de força a fim de assegurar que a exigência fosse ouvida e obedecida (Ernest Renan chamou a nação de ‘um plebiscito diário’ – apesar de estar falando da experiência do Estado francês, conhecido desde a era napoleônica por suas ambições notavelmente centralizadoras). Nenhuma dessas condições seria atendida não fosse pela superposição do território domiciliar com a soberania indivisível do Estado – que, como sugere Agamben (seguindo Carl Schmitt), consiste antes de mais nada no poder de *exclusão*. Sua *raison d’être* era traçar, impor e policiar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’. O pertencimento teria perdido o seu brilho e o seu poder de sedução, junto com a sua função integradora/disciplinadora, se não fosse constantemente seletivo nem alimentado e revigorado pela ameaça e prática da exclusão. (BAUMAM, 2005)

Igualmente, analisar a busca por uma identidade unitária, aponta o olhar para outro ponto de apreciação com relação ao mesmo objeto, agora a desumanidade com relação a ações de repressão a convivência com o “estranho” passa a transmitir aos acolhidos que pertencer a algo que os refugie das ameaças que espreitam lá fora é o melhor caminho para sua existência, pois segurança e liberdade são valores constantemente convocados ao confronto comunidade e individualidade.

A exigência de obediência à comunidade se apresenta como uma necessidade a sua continuidade enquanto tal, como também, a partir da utilização do medo como um freio ao ímpeto de sobrepor à individualidade em busca de novas experiências para além do modelo panóptico de subordinação ao local, pois:

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, ‘nem-um-nem-outro’, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, ‘estar fixo’ – ser ‘identificado’ de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto. (BAUMAM, 2005)

Vive-se hoje em um ambiente de muitas culturas e somente uma humanidade, entretanto, a persistência empreender plena era do “Império”<sup>4</sup> significa insistir em um modelo

---

<sup>4</sup> Ver Antônio Negri e Michael Hardt, Império.



de sociedade imaginária, a qual, visa negar a toda prova o mosaico de singularidades que compõem a comunidade global, por um sistema rígido e estreitamente integrado a “solidez” do Estado-Nação.

Construir uma estrutura de comunidade global, ao menos no campo teórico de forma a repensar a teoria do estado não mais nos rígidos padrões hobbesianos, compreende ressignificar e estabelecer uma política atenta a conceber o reconhecimento da individualidade como um fator subjetivo determinante a formação de sua própria identidade, como também, uma forma de interação e formação da identidade do espaço ao seu redor e da socialização com as identidades dos seres ao seu entorno, num processo contínuo de assimilação e dispersão.

Dentro desse cenário, emerge do necessário repensar, a urgência em estabelecer direitos capazes de reconhecer no compartilhamento da autenticidade das diversas culturas em interação, componentes políticos de concretização dessa sociedade para além de territórios estabelecidos, contundentes o suficiente para proteger o cidadão global do aparato estatal ainda em pé, visto que:

A universalidade da cidadania é a condição preliminar de qualquer ‘política de reconhecimento’ significativa. E, acrescento: a universalidade da humanidade é o horizonte pelo qual qualquer política de reconhecimento precisa orientar-se para ser significativa. A universalidade da humanidade não se opõe ao pluralismo das formas de vida humana; mas o teste de uma verdadeira humanidade universal, é sua capacidade de dar espaço ao pluralismo e permitir que o pluralismo sirva à causa da humanidade – que viabilize e encoraje ‘a discussão contínua sobre as condições de vida republicana. Como diz Jeffrey Weeks, o argumento que procuramos sobre os valores comuns requer a ‘ampliação das oportunidades de vida e maximização da liberdade individual’. (BAUMAM, 2003)

Ao constituir como meta o projeto de uma sociedade voltada a dar espaço ao fortalecimento do pluralismo sociocultural, a proteção da identidade migratória abre um diálogo necessário entre as diversas culturas inseridas no contexto do fenômeno migratório e a tanta referida segurança, pois, a fim de estimular o entrosamento entre as mesmas e a comunidade fixa, a desmistificação do precipício que os divide, estimula o surgimento de novas perspectivas com relação a políticas globais de reconhecimento humano, afastando assim de que:

A visão da indeterminação é desanimadora. Mas também pode levar a um maior esforço. Uma reação possível à indeterminação é a ‘ideologia do fim da ideologia’ e a prática do engajamento. Outra, também razoável mas muito mais promissora, é a suposição de que em nenhum outro momento a busca ardente de uma humanidade comum, e a prática que se segue a essa suposição, foi tão imperativa quanto hoje. (...)



Essa é uma visão crucial para as possibilidades de um diálogo entre culturas. Ela aponta uma vez mais para o que já percebemos antes: para a relação próxima entre o grau de segurança, de um lado, e a ‘desativação’ da questão da pluralidade cultural, com uma superação da separação cultural e a aceitação de fazer parte da busca por uma humanidade comum, de outro. (BAUMAM, 2003).

Nessas circunstâncias, o cenário no qual todos esses processos de integração e desintegração ocorrem resultam de divergências profundas nos mecanismos de ordenação estatal, uma vez que, ao estabelecer sua base de sustentação e atuação em critérios como o nascimento a determinado ponto fixo no mapa, o Estado vê seu parâmetro de soberania ser desequilibrado, agora não são mais por mapas que espelham o terreno e sim este o responsável por redefinir o espaço dentro de uma guerra constante por globalização.

Tal desequilíbrio determinou um novo papel de ação ao Estado, já que, a soberania seja do viés cultural, social ou de militarização, deixou de ser viável, muito em virtude de os Estados terem recorridos a soberanias “compartilhadas” devido à interdependência de todos para com todos no cenário da comunidade internacional, refletindo assim, por exemplo, no paradigma da fronteira, que vem deixando aos poucos de ser um simples conceito jurídico de divisão de territórios para afirmar-se como um projeto de cooperação comumpolita.

Analisar identidade, comunidade e Estado, a partir dos efeitos da globalização, pode parecer que desta vez o Estado passa por uma nova expropriação, pois o mesmo diante da lógica globalizada viu ser arrancado de suas mãos seu poder de ditar o equilíbrio e funcionamento de seu aparato, pois, vê-se hoje diante da lógica de mercado global, incapaz de articular qualquer ação política sem que a mesma seja direcionada aos de uma extensão totalitária de mando de mercados financeiros globais, bem como, vê-se algemado as suas regras e preceitos planetários.

Nesse sentido, Baumam refere que “os Estados não têm recursos suficientes nem liberdade de manobra para suportar a pressão – pela simples razão de que ‘bastam alguns minutos para que empresas e até Estados entrem em colapso’”. (BAUMAM, 1999)

O mesmo também refere em seus escritos que o Estado tornou-se apenas um personagem imbuído apenas no seu poder de repressão, servindo de seguranças e as grandes empresas, agora, as verdadeiras detentoras do poder, pois o que restou da política do Estado foi apenas ser mero intermediário na resolução de seus problemas de negócios.

A nova hierarquia global de mobilidade representa hoje um processo dúbio, por vezes de difícil compreensão, por outras, desconfortável para com seus possíveis efeitos, contudo, não se pode rechaçar que, suas cismas já são perceptíveis e o alerta de sua crise já foi soado, o



que apenas salienta ser irrelevante tentar conter seus avanços e que sim, seremos nós a confrontar seus desafios e implicações.

Todavia, tais consequências podem vir a ocasionar um divisor de águas na conjuntura da liberdade de movimento, uma vez que, processos globalizantes tendem a expor desigualdades entre as diversas camadas do tecido que compõe a malha social, o que torna a hierarquia planetária de mobilidade um instrumento modelador de como, quais e em qual profundidade esses efeitos irão impactar sobre a existência humana, em uma Terra de multidões socioculturais.

Dessa forma, o gerenciamento da coexistência de uma multiplicidade sociocultural denota-se como uma possibilidade de argumentar de maneira contrária a imagens que desumanizam os indivíduos, por meio de argumentações étnicas segregacionistas, como também de processos globais ditos como integralizadores, que, contudo, visam fomentar a negação do outro enquanto ser integrante do conjunto humano, sob justificações de preservação da segurança e da cultura daqueles pertencentes à bolha da com(o)unidade.

Atrelar segurança e cultural dentro de um contexto de interações humanas glocalizadas e a partir de um cenário de mobilidade humana fluída, em que a velocidade de interação entre as mais diversas culturas estabelece-se em um constante choque, no qual as mesmas são retiradas de seu ponto fixo e lançadas, a um ambiente indeterminações relacionáveis entre si, a cultura pode ser utilizada como uma forma de produção do medo, uma vez que:

A insegurança (tanto entre imigrantes quanto na população nativa) tende a transformar a multiculturalidade num 'multicomunitarismo'. Diferenças culturais profundas ou irrisórias, visíveis ou quase despercebidas, são usadas na frenética construção de muralhas defensivas e de plataformas de lançamento de mísseis. 'Cultura' vira sinônimo de fortaleza sitiada, e numa fortaleza sitiada os habitantes têm que manifestar diariamente sua lealdade inquebrantável e abster-se de quaisquer relações cordiais com estranhos. A 'defesa da comunidade' tem que ter precedência sobre todos os outros compromissos. Sentar-se à mesma mesa com 'estranhos', estar em sua companhia nos mesmos lugares, para não falar em enamorar-se ou casar fora dos limites da comunidade, são sinais de traição e razões para ostracismos e degredo. Comunidades assim construídas viram expedientes que objetivam principalmente a perpetuação da divisão, da separação e do isolamento. (BAUMAM, 2003)

Assim sendo, a insegurança diante do horror do inadministrável, a indeterminação de um mundo cada vez mais globalizado faz-se reproduzir nos indivíduos um anseio incontrolável por uma comunidade, visto que, em um contexto de mobilidade fluída e da consequente ruína dos suportes de sustentação do Estado-Nação, repelir os "estranhos à nossa porta", parece uma



medida eficaz a solucionar todos os problemas de gestão migratória, pois, devido a uma cegueira moral introjetada no seio social, a desumanidade apresenta-se como algo natural, por isso, políticas de isolamento são tão bem legitimadas.

Entretanto, essas mesmas políticas, tendem a produzir a sensação de certo alívio, uma vez que, estando isoladas as irritantes diferenças da homogeneidade nacional, tem-se a sensação de que unicidade estará preservada e assim a bolha na qual nos fixamos não será posta a qualquer perigo capaz de rasga-la ao meio.

No entanto, vive-se em um mundo coberto por interdependências, onde coexistem comunidades de indivíduos globais, tecidos a partir do compartilhamento de saberes, responsáveis e capazes de agirem na busca por direitos iguais de sermos todos humanos em uma dinâmica em que se procura fortalecer a exclusão das singularidades com o intuito de fragmentar a produção de vida ativa, esforço que possui de imediato a segregação, mas ao final do processo apenas salienta ainda mais a globalidade comumpolita em que se existe.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama do fluxo migratório internacional trata-se de uma realidade latente do cotidiano contemporâneo; a diversidade de culturas, costumes, a troca bens e serviços, a comunicação acelerada através de uma rede de informações que ultrapassa os limites territoriais interligando pessoas pelos mais vários espaços da Terra, são processos inerentes da globalização.

A mobilidade humana através dos espaços geopolíticos, transpondo as fronteiras e assim corroendo o paradigma de separação entre o “nós” e os “outros” para além da muralha da nação, trás a tona, a questão de que abarcar a diversidade através de uma receptividade universal, compreendendo o indivíduo humano como sujeito comumpolita de direitos, é o único caminho na busca pela concretização de espaços acolhimento e inserção ao sujeito migrante, independentemente de sua condição, no ambiente globalizado.

A propagação de discursos odiosos com relação ao tema da migração por parte dos entes estatais como uma forma de gerenciamento e disciplina da população se utiliza do imaginário de medo com relação ao desconhecido além da muralha, gerando assim tensões e conflitos, os quais se espalham pelo mundo aquecendo e fazendo girar a “máquina produtora” do estado de guerra global.



Gerir essa convivência plural no interior das fronteiras e para além de suas medidas é o principal desafio para os Estado na contemporaneidade, visto que, separar, securitizar, isolar e reforçar barreira de contenção migratória tem-se mostrado uma estratégia tendenciosa ao fracasso, soterrando cada vez mais o já falido Estado na sua concepção moderna (território, governo, povo).

Nesse sentido, a busca pelo fortalecimento da identidade migratória para além da Nação, bem como sua estruturação como sujeito ativo e modificador do ambiente, vê no pertencimento a comunidade global a chave para a sua legitimação como sujeito de direitos, digno de tais, pois é um cidadão do mundo e com acesso fluído ao mesmo, porque é através de seus vínculos de afeto, que o mundo é construído.

Pensar esse mesmo mundo sob a ótica de uma cidadania global/comum é um caminho a ser percorrido, muito embora sua construção seja assentada em um terreno sinuoso em uma paisagem transfigurada de muros, mas se trata do único meio de se buscar a efetivação do direito dos imigrantes, como da multidão em geral, para redefinir o acesso aos direitos de cidadania, fora dos limites da definição da comunidade nacional.

A multidão migratória busca seu espaço, afim de que, sua voz seja ouvida e atendida, fazendo com que o repensar dos tradicionais modelos teóricos que sustentam nosso estado atual das coisas seja resinificado em um diálogo amplo entre todos os seres humanos, aqui entendidos como uma comunidade múltipla, cuja sua principal força está contida na fluidez da singularidade em interação com o todo.

Esvair tal problemática contemporânea não é o objetivo deste trabalho, porém busca-se aqui colocar em evidência o exercício de analisar os reflexos da crise de gestão migratória em plena era global, para além dos moldes hobbesianos, e sim através da fluidez de informações, deslocamentos humanos e toda sua produção imaterial provinda do trabalho intelectual da multidão, afim de que, o projeto do como busque concretizar uma sociedade mais justa e igualitária, seja nas comunidades que vem, ou naquelas responsáveis por receber e acolhe-los.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAM, Zygmunt, 1925- **Cegueira Moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida / Zygmunt Baumam, Leonidas Donskis; tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- \_\_\_\_\_, Zygmunt, 1925- **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual / Zygmunt Baumam; tradução Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.



\_\_\_\_\_, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta** / Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

\_\_\_\_\_, Zygmunt, 1925-**Globalização**: as consequências humanas / Zygmunt Baumam; tradução, Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_, Zygmunt, 1925-**Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi / Zygmunt Baumam; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. – 4º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

BAUMAM, Zygmunt, 1925-**Medo Líquido** / Zygmunt Baumam; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_, Zygmunt, 1925-**Modernidade e Ambivalência** / Zygmunt Baumam; tradução, Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_, Zygmunt, 1925-**Modernidade Líquida** / Zygmunt Baumam; tradução Plínio Dentzien. - - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Multidão**: Guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. 4º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.